



ACÓRDÃO Nº1096/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11675/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Andrea Barker Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2971/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu o voto-destaque proferido, em sessão, pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, de responsabilidade da Sra. Andrea Barker Costa, Diretora Executiva e ordenadora de despesas, referente ao exercício de 2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Andrea Barker Costa, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, no valor de **R\$ 20.481,06** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e seis centavos), na forma do Art. 54, inciso I, “a”, da Lei nº 2.423/96, c/c o Art. 308, inciso I, “a”, do Regimento Interno – TCE/AM, pela impropriedade não sanada nº 1, do Relatório Conclusivo nº 54/2019 -DICAD. A multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72,



ACÓRDÃO Nº1096/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa à Sra. Andrea Barker Costa, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), na forma do Art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96, c/c o Art. 308, inciso VI, do Regimento Interno – TCE/AM, pelas impropriedades não sanadas nº 03, 04, 05, 06 e 07 (alíneas 'a' e 'b') do Relatório Conclusivo nº 54/2019 – DICAD, em razão de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar ao Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro que:

- a)** Tenha mais diligência na confecção dos relatórios de bens e de estoque, bem como com a escrituração contábil dos valores, sob pena de eventual diferença de valores culminar na glosa e condenação em alcance por ausência de comprovação adequada;
- b)** Efetue adequadamente as escriturações contábeis da unidade;



ACÓRDÃO Nº1096/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c) Envide esforços no sentido regularizar as pendências evidenciadas na conciliação bancária referente à Conta Corrente nº 56308, Agência nº 3563, Banco do Brasil;

d) Faça um planejamento adequado no início de cada exercício para que todas as aquisições de bens e/ou serviços sigam as normas de licitação pertinentes;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) Encaminhe à atual Administração do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.

b) Notifique a **Sra. Andrea Barker Costa**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso.

10.6. Arquivar após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE/AM.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Novembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral